SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas

Sexta-feira, 5 de março de 2010 - Número 372 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - 2.5833

8 de março: Sintrajud realiza debate sobre a mulher

Evento será nesta segunda, às 19h30, na sede do Sindicato

Jesus Carlos



Mulheres vão às ruas no dia 8 de março de 2008

Neste ano, o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, completa cem anos. Apesar de avanços conquistados ao longo do período, ainda há muitas lutas a serem vencidas. Faltam creches, os salários delas são mais baixos, o desemprego entre elas é maior e a violência doméstica ainda atinge muitas mulheres. Inúmeras pesquisas confirmam essa realidade sentida na pele por milhões de brasileiras.

O IBGE revela que no mercado de trabalho as mulheres são mais exploradas. Realizada em seis capitais (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), de janeiro de 2003 e janeiro de 2008, a pesquisa diz que uma trabalhadora recebe em média 71,3% do que um homem, por uma jornada de 40 horas semanais e o mesmo trabalho. Com curso superior, elas têm em média um salário 40% inferior.

Para Janaina Rodrigues, que participará do debate em nome da Conlutas, houve um avanço mas ainda há muito por fazer. Segundo ela, não basta ser mulher para contribuir com o fortalecimento da luta das mulheres. "Não somos todas iguais. Algumas mulheres são nossas inimigas de classe e agem sempre em defesa da sua classe. Não basta ser mulher para ser consequente na luta pela libertação da mulher, é preciso defender o programa da classe trabalhadora, único capaz de acabar com a opressão".

Para Luciana Araújo, representante da Intersindical, além da desigualdade no mercado de trabalho, "a violência física, moral e psicológica segue em patamares altíssimos mesmo após a lei Maria da Penha – que é um avanço, mas ainda tem muitas lacunas". Ela lembra que foi realizada uma pesquisa pelo Senado no ano passado, em que 62% das entrevistadas disseram conhecer mulheres que já sofreram violência doméstica", afirma. Para ela, o debate sobre as mulheres deve estar vinculado ao classismo, à defesa dos interesses da classe.

Veja no dia 8, em www.sintrajud.org.br/especialmulher, entrevista, na íntegra, com as debatedoras, imagens e artigos sobre o Dia Internacional da Mulher.
O debate é aberto a mulheres e homens. A sede do Sindicato fica na Rua Antonio de Godoy, 88 – 15ª andar, próximo à estação São Bento do metrô.

Mobilizar a categoria para conquistar o PCS-4

O prazo para apresentação de emendas ao PL 6613/09 se encerrou nesta terça. No total foram apresentadas 54 emendas. O Sintrajud vai analisar as propostas e discutir com os servidores

Lutar pelo PCS-4, barrar o congelamento salarial e driblar a questão orçamentária, que tem sido um entrave para a aprovação dos PLs que revisam o salário dos servidores do Judiciário e do MPU, são os principais desafios neste semestre. Esta semana ficou claro que os parlamentares governistas estão alinhados ao Ministério do Planejamento, o que mostra a necessidade de mobilização para garantir os recursos para os PLs 6613/09 e 6697/09, do Judiciário e MPU, respectivamente. O diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antônio Melquíades, o Melqui, acompanhado de Saulo Arcangeli, do sindicato do Maranhão e da federação, se reuniram com parlamentares na busca por apoio aos PLs.

No encontro com Cândido Vacarezza (PT-SP), que é líder do governo na Câmara, os sindicalistas ouviram a posição do Planalto, de que não há orçamento previsto para a aprovação dos PLs. Embora tenha dito que conversaria com o Planejamento, o deputado não se comprometeu a defender o projeto.

Já o deputado Paulo Rocha (PT-PA), visitado na quarta-feira (3), disse apoiar o PCS-4 e afirmou que iria conversar com secretário do Ministério Planejamento, João Bernardo, com quem teria uma reunião na tarde do mesmo dia.

O deputado Sabino Castelo (PTB/AM), relator do projeto do PCS-4, se declarou favorável ao reajuste da categoria e se comprometeu em acelerar ao máximo a sua tramitação. Opinião semelhante a do parlamentar Alex Canziani (PTB/PR), que assumiu nesta semana a presidência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara.

Mobilização

Em todas as campanhas pelo PCS os projetos tiveram como empecilho a questão orçamentária, superada somente após ampla mobilização da categoria. O PCS-2, por exemplo, foi aprovado sem previsão na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o que foi corrigido com um projeto de lei complementar.

O desafio da categoria para este ano é ainda maior, porque o governo pretende congelar os salários dos servidores públicos por meio do PLP 549/2009.

Mais pressão - Pág 3



Metas impostas pelo CNJ prejudicam servidores

Opinião do Sintrajud

Crise econômica: apoio à luta dos trabalhadores europeus

A política de cortes dos governos tem levado às ruas os trabalhadores europeus. A Grécia, país mais afetado pela crise econômica mundial, praticamente parou no último dia 24, quando os trabalhadores realizaram a segunda greve geral do ano (a primeira foi dia 10 de fevereiro). Funcionários públicos e privados cruzaram os braços contra a política de cortes, aumento de impostos e arrocho salarial que o governo e os patrões daquele país querem impor aos trabalhadores para socorrer empresários e banqueiros falidos.

A única forma de resistir aos ataques é a luta e unidade dos trabalhadores

Mas a indignação dos europeus não está concentrada apenas na Grécia. No dia 23 de fevereiro, os espanhóis realizaram uma marcha de protesto contra as propostas do governo de aumentar a idade da aposentadoria de 65 para 67 anos.

Em Portugal, os trabalhadores do setor público convocaram uma greve geral para esta quinta-feira, 04 de março, em protesto contra o congelamento dos salários imposto como parte das propostas do governo de redução do déficit orçamentário.

Na Bélgica, os trabalhadores da cerveja Inbev já informaram que estão "preparados pra tudo" se a empresa reapresentar plano de demissões. É a luta em defesa dos direitos se alastrando em todo continente.

A exemplo do que ocorreu na maioria dos países atingidos pela crise econômica, governos e empresários querem jogar nas costas dos trabalhadores o peso da crise, com isso o desemprego tem crescido velozmente na Europa.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Europa perdeu 5 milhões de empregos industriais em 2009 e pode perder outros 7 milhões este ano, que representaria o pior resultado no mundo. Para especialistas econômicos, as greves poderão se alastrar a medida que os governos tentarem aprovar reformas dos sistemas de aposentadoria, aumento de impostos e congelamento salarial.

Aqui, no Brasil, a nossa luta é a mesma. O PLP 549, que está tramitando no Congresso, também prevê congelamento de salário por dez anos do funcionalismo público. Além disso uma nova reforma da Previdência também está no foco do governo federal e o desemprego continua em alta.

Acreditamos, que a única forma de resistir aos ataques é a luta e unidade dos trabalhadores. Por isso, apoiamos a mobilização na Europa e em qualquer país do mundo.

IMAGEM LEO LA VALLE/ EFE



Terremoto no Chile:novamente os pobres são os mais atingidos

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Ops, desculpa, foi engano!

Elaine Tavares

Estas notícias, todas as noites, sempre me enchem de uma absurda perplexidade. Diz o repórter, em tom monocórdio: "Mais 45 mortes em Bagdá". E isso acontece todos os dias, 45, 34, 27, 50, os números variam por aí. Já passaram cinco anos da ocupação estadunidense no Iraque. E isso é notícia noite após noite. Banalizou. Morrer, no Iraque, é coisa normal. Ninguém sequer pestaneja, segue comendo, ou varrendo, ou fazendo o que seja, enquanto ouve a terrível notícia. É que o Iraque está tão longe, quase ninguém tem algum parente lá, ou um conhecido. A dor dos iraquianos toca raras pessoas. Eu, por exemplo, me assombro a cada noite.

Outro dia, o locutor informou com voz impassível: 27 civis foram mortos por engano no Afeganistão. Putz! E ele nem pestaneja, e logo segue outra notícia, de preferência alegre, para que as pessoas não fiquem estarrecidas diante do fato de que, num outro país distante, também ocupado desde há nove longos anos, morrem civis todos os dias, vítima da violência da ocupação. E só volta e meia algum destes ataques a civis sai na imprensa. Como esse da semana passada. É que o Afeganistão "saiu da pauta". Há outras desgraças a perscrutar.

Pois a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que é nome pomposo do braço armado estadunidense naquela região, divulgou que matou por engano os civis pensando que eram terroristas. Pois assim é a guerra "cirúrgica" promovida pelo exército mais poderoso da terra. Recrutam garotos sem oportunidades nos Estados Unidos, transformam os mesmos em máquinas de guerra, mas tiram deles a visão do horror.

Só que os radares são observados por humanos que erram, e tampouco podem dizer se os pontinhos no chão são terroristas ou gente simples, que tenta viver a vida naquela região conflagrada e ocupada há quase uma década. Bueno, para os estadunidenses isso parece coisa irrelevante, visto que basta ser afegão ou iraquiano para ser terrorista, é como um sinônimo. Então, vez ou outra, alguns soldados de outras bandeiras, ou mesmo algum estadunidense com consciência, percebem que essa versão de "terroristas" que eles tem cravada nas retinas não é tão verdadeira assim. Então se dão conta de que aqueles pontos lá embaixo são mulheres lavando, crianças brincando, velhos tomando sol, homens trabalhando. Então, ficam estupefatos. "São civis"! Aí uma boa alma admite o erro e pede desculpas.

"Foi um engano, desculpa". Mas essas desculpas são para quem? Aos mortos? Estes já estão em outro plano, bem melhor, nos braços de Alá. Aos vivos? E para que? Para que os desculpem por antecipação, caso o radar ou os olhos falhem outra vez? O general McCrystal ainda tem a cara de pau de dizer que estão lá para proteger os afegãos. Proteger do quê, cara pálida?

Os Estados Unidos ocuparam o Afeganistão para, segundo seu governo, levar a democracia e a liberdade. Mas, quem, além da mídia cortesã, acredita nisso ainda? Lá estão para garantir as plantações de ópio, para manter bases militares capazes de incendiar a região a qualquer momento, para garantir seu poder de polícia do mundo. Pouco importa se para isso tenha que matar o povo inocente. A nós, aqui, cabe o assombro, a perplexidade diante do cinismo: "ops, desculpa, foi engano". E assim segue a vida, na apatia de ver o ladrão entrando na casa do vizinho. Fecha-se a janela com vagar, para não ser visto. Até que um dia, o ladrão entra no nosso quintal...

Elaine Tavares é diretora do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



Frases

De Hoje:

"É tão vergonhoso , é tão escandaloso, e eu fico numa indignação, eu fico numa vergonha"

ex-governador de Brasília, Joaquim Roriz, comentando, na maior cara-de-pau, as denúncias contra Roberto Arruda. Só para lembrar Joaquim Roriz renunciou ao mandato para fugir da cassação por corrupção, acerca do caso Arruda.

"O golpe de 64 foi um mal necessário, tendo em vista o que se avizinhava"

ministro do STF Marco Aurélio de Mello, fazendo coro aos militares, que usaram a "ameaça comunista" para torturar e matar pessoas que sonhavam com um país mais justo.

"*Estou arrasada. Vi dois médicos trocando tapas enquanto estava sem forças até para gritar*"

Gislaine de Matos Rodrigues, que perdeu o bebê, em Ivinhema, MS, depois que dois médicos que a atendiam começaram a trocar socos durante o parto.

De Ontem:

"Diz-se violento ao rio que tudo arrasta. Mas não se dizem violentos as margens que o oprimem"

Bertold Brecht, poeta e dramaturgo alemão.

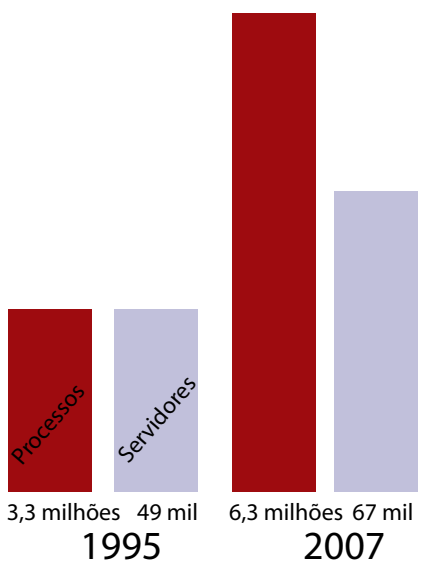
Mais sobrecarga

Metas impostas pelo CNJ prejudicam servidores

Reunidos em São Paulo, presidentes dos tribunais de todo o país impõem metas e gerenciamento da gestão e processos de trabalho



Durante a greve, servidores reivindicaram melhores condições de trabalho



A intensidade do trabalho no Judiciário vai aumentar com as novas metas instituídas pelo CNJ para 2010 e aprovadas pelos presidentes de todos os tribunais do país. A definição aconteceu no 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em São Paulo, na sexta-feira (26).

A meta 2, que em 2009 ambicionava zerar todos os processos ingressos na Justiça até 2005, foi ampliada. Neste ano, os servidores e magistrados terão que julgar todos os processos distribuídos (nos três graus) até dezembro de 2006. No caso dos trabalhistas, eleitorais, militares e do tribunal do júri a meta será julgar os processos distribuídos até dezembro de 2007. A essas imposições soma-se a redução em mais de 10% do estoque processual, com controle mensal.

O aumento da estrutura do Judiciário, por sua vez, não foi sequer citado durante o encontro. O que é um sinal para a categoria que os riscos de adoecimento irão aumentar. Junto a isso, a qualidade dos serviços prestados à sociedade poderá piorar.

Na avaliação de Adilson Rodrigues, servidor da JF em Santos e diretor de base do Sintrajud, a busca da produtividade a qualquer preço desconsidera os limites humanos do servidor, causando desmotivação e, em casos graves, o adoecimento. Ele critica o CNJ: "Os servidores, que executarão as metas, não foram consultados nem sobre as possibilidades de cumprimento das metas, nem em relação a organização interna da melhor maneira de cumpri-las".

Adilson opina que seria preciso que se identificasse a origem das demandas do Judiciário, que vêm aumentando a cada ano. Ele destaca, por exemplo, que a União é ré em ações que buscam direitos básicos como acesso à aposentadoria. O diretor ressalta que entre 1995 e 2007, o número de processos na JF cresceu 100% e o de servidores, 37%, o que representa que "os servidores estão dando conta do recado, conseguindo, inclusive, reduzir o estoque de processos, mesmo sem as condições adequadas".

Além das metas ligadas à produtividade, outras pretendem implementar "métodos de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau" e reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível tendo como referência o ano de 2009. Adilson destaca que desde a origem das mudanças no Poder Judiciário, preconizadas pelo Documento 319 do Banco Mundial, estão se valendo de paradigmas utilizados nos modelos de gestão da iniciativa privada, objetivando mais produção, com menos recursos, em prejuízo da categoria e da sociedade.



Mobilização da categoria

O CNJ, além de colocar a produtividade acima de tudo, tenta aumentar a jornada de parte da categoria com a Resolução 88. Essas imposições fazem parte da reestruturação que o Poder Judiciário vem sofrendo nos últimos anos. E dentro dessas mudanças estão presentes os mecanismos que instituem a remuneração variável e a demissão de servidores.

"Enfrentar todas essas mudanças e como elas incidem no cotidiano da categoria, assim como, lutar contra a remuneração variável, a demissão de servidores públicos, o congelamento dos salários e lutar pelo PCS-4 são os desafios impostos a nós, servidores. O que exige uma reflexão continuada sobre essas mudanças e planejamento para ações concretas por parte da categoria", afirmou Adílson.

Um momento importante será o Congresso Nacional da Fenajufe – Federação da Categoria. Ocasião na qual a categoria definirá os rumos das campanhas e das lutas das entidades de todo o país. "Além da luta salarial e pela manutenção de direitos, o Sindicato pode e deve cumprir um papel fundamental na busca de melhores condições de trabalho, para que o servidor possa prestar melhor as suas atribuições", concluiu o diretor.

Presidente do TST diz que quitará URV em 4 anos

Em audiência na última terça-feira, dia 02, o Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministro Milton de Moura França, disse a dirigentes sindicais que fechou um acordo com o Ministério do Planejamento que prevê a quitação de todo passivo relativo à URV em quatro exercícios. Participaram da reunião com Moura França, o coordenador da Fenajufe e diretor do Sintrajud, Antônio dos Anjos Melquíades, o Melqui, e a diretora Sintrajud Inês Leal de Castro.

Segundo o ministro, o pagamento começaria neste ano e as folhas já estariam prontas, mas o TST aguarda um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o assunto para depositar a primeira parcela do que ainda é devido. O presidente do tribunal disse ainda que há recursos para pagar de imediato parte do passivo.

O ministro não entrou em detalhes sobre a razão de ter que esperar uma posição da AGU para uma questão já há muito julgada pelo Supremo Tribunal Federal e que se refere a um passivo que começou a se formar na primeira metade da década passada.

O pagamento da dívida principal da URV (11,98%) já foi concluído em quase todos os tribunais regionais. O maior passivo, agora, refere-se aos juros desse montante. Mas há regiões, caso de Minas Gerais, onde nem o principal foi quitado. No que se refere aos juros, a Justiça do Trabalho é, nacionalmente, a que está mais atrasada no pagamento. Os servidores levantaram ainda outras questões, como a revisão salarial, a jornada de seis horas, o aumento no auxílio alimentação, a resolução 53 e o combate ao assédio moral.

Plenária da Cnesf dia 14/03

No próximo dia 14/03, será realizada, em Brasília, a Plenária Nacional da Cnesf. Na reunião os dirigentes sindicais vão discutir formas de atuação para barrar, no Congresso, a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 549/09, que limita os gastos com os servidores públicos federais até 2019. Esse projeto é uma das principais ameaças a ser enfrentadas pelos servidores nesse período.

O projeto já foi aprovado no Senado e agora está na Comissão de Trabalho da Câmara. Ele também será apreciado pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Curso de teatro tem início no dia 16 de março

O tradicional curso de teatro do Sintrajud retoma as aulas no dia 16 de março, terça-feira, às 20h. O curso é aberto a todos os interessados e acontece no auditório do Sindicato. Para participar, basta comparecer no horário da aula. O curso teve início em 2008, ministrado pelo diretor teatral, Jairo Maciel e foi nas aulas que nasceu o grupo de teatro do Sintrajud Erga Omnes.

8 de março

Mulheres há cem anos na luta

Depois de cem anos, elas ainda lutam contra precarização do trabalho



O dia 8 de março nasceu nas lutas. Em 1910, a ativista, socialista e feminista alemã Clara Zetkin propôs um dia internacional de luta da mulher, durante o II Congresso de Mulheres Socialistas, em Copenhague, Dinamarca. A proposta foi aprovada. "As mulheres socialistas de todas as nações organizarão um Dia das Mulheres específico, cujo primeiro objetivo será promover o direito de voto das mulheres. É preciso discutir esta proposta, ligando-a à questão mais ampla das mulheres, numa perspectiva socialista", dizia o jornal "A Igualdade" dirigido pela ativista.

A escolha do dia 8 teria sido em homenagem às 129 mulheres que teriam morrido carbonizadas quando faziam greve numa fábrica em Nova York. Naquela época a luta era por melhores condições de trabalho, e quem ateou fogo foram os patrões em resposta às suas reivindicações.

Mas, infelizmente, ao longo dos anos a data está sendo desfigurada. Governos e patrões usam esse dia para enfraquecer a luta cotidiana das mulheres e transformam em dia de festa. "O 8 de Março é uma data histórica da luta da Mulher. Por isso, nesse dia precisamos ir às ruas, debater nossos problemas e avançar na luta pelos nossos direitos", ressalta a diretora do Sintrajud Inês Castro.

Sem dúvida, cem anos depois ainda há muitas lutas para defender no Dia da Mulher. As mulheres trabalhadoras continuam lutando por creches, por licença maternidade, contra o desemprego, por jornadas menos extenuantes e contra a exploração, entre outras reivindicações, que como se vê também são de todos os trabalhadores.

Mães denunciam falta de vagas e modelo de educação infantil

Elas se organizam para reivindicar o direito de poder deixar os filhos num local adequado enquanto trabalham

"É a barbárie na educação". Essa é a melhor definição que Antonia Almeida Barros encontrou para falar sobre a situação das creches em São Paulo. Integrante do Movimento Mães Sem Creche (MMSC), ela diz que além de não haver vagas, das cerca de 1.300 creches no município, quase 1.000 são administradas por Organizações Não Governamentais (ONG) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), geralmente ligadas a políticos, sem licitação e vínculo com educação. Nessas creches, segundo Antonia, são 45 crianças de até 3 anos com uma professora. Ela diz ainda que as professoras são contratadas via CLT, registradas como auxiliar, trabalham 10 horas por dia, recebem um salário de cerca de 800 reais, 50% menor do que as concursadas, é exigido o curso de pedagogia e fazem todo tipo de serviço, "até faxina". Enquanto o artigo 318 da CLT diz que o professor não poderá dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis, intercaladas.

Outro ataque, segundo Antonia, é que agora as crianças de três anos têm que ir para a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI): "Antes ia com 4 anos, e na creche ficava o dia todo e agora na escola é um período só, como a mãe vai trabalhar?" critica. Ela diz que é uma medida "para mascarar o número de crianças que estão fora da creche por falta de vaga". Dados oficiais da prefeitura registraram, em 27 de setembro de 2009, 131.573 crianças na lista de espera por vagas em educação infantil; sendo 95.449 em creches e 36.124 em pré-escolas.

Dessa "barbárie" nasceu o MMSC, em Santa Cecília, região central. "As mães iam à creche e não tinha vaga nem previsão, até que uma foi falando pra outra, começamos ir todo dia, fomos no Ministério Público, mas o que funciona mesmo é pressão política", conta. "Enchemos um ônibus com as mães e crianças e acampamos em frente à prefeitura, até que conseguimos ser ouvidas". Desde 2003, foram abertas oito creches na região central e o movimento tem crescido para a zona sul e no bairro de Taipas.

Essa situação não é exclusiva de São Paulo, é nacional. Números do Plano Nacional de Educação (PNE) mostram que 84,5% das crianças de 0 a 3 anos estão fora da creche.



Conlutas convoca mulheres para ato no dia 6

O Movimento Mulheres em Luta da Conlutas organiza um ato contra o machismo e a exploração no sábado, 6/3, com concentração às 10h, na Praça Oswaldo Cruz, na Av. Paulista. De acordo com o movimento, será um ato de oposição aos governos Lula, Serra e Kassab e pretende unificar mulheres e homens trabalhadores. Entre as reivindicações que estarão nos cartazes, faixas e palavras: licença maternidade de seis meses, sem isenção fiscal, garantida pelo Estado para todas as mulheres e creches em período integral, gratuita e de qualidade.

Opinião da servidora: Há machismo no Judiciário?


Lílian Martins, da JT/Barra Funda

"Há machismo em todo lugar. Está ligado, por exemplo, a problemas de saúde que homens jamais vão ter e às vezes as licenças são vistas como simples ausências no trabalho. A mulher leva a família nas costas, tem que faltar para levar filho ao médico, deixar na creche. Já vi caso de servidora que engravidou e na hora de tirar a licença maternidade perdeu sua FC e quando voltou não era mais assistente de juiz. Apesar de haver mais mulheres como juizas e diretoras, elas não são mais condescendentes com os problemas das mulheres."


Bernadete de Souza, da JF/Criminal

"Não é propriamente machismo, acho que há igualdade. Não vejo, no geral, somente algumas cabeças isoladas. Às vezes nem somos vistas como mulher, chegamos a nos sentir assexuadas, principalmente quando temos que pegar uma pilha pesada de processos."


Priscila Oliveira, da JF/Pedro Lessa

"Nunca sofri esse tipo de problema, mesmo porque na minha vara tem mais mulheres, mas não exclui o fato de ter ou não, depende muito. Não sofri discriminação por machismo, mas outras, como, por exemplo, por não ser formada em Direito."

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000